



ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

Vol. II (2001)

ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

Entre a História e a Memória: Os Coutinhos e a expansão quatrocentista

Luís Filipe Oliveira 

Como Citar | How to Cite

Oliveira, Luís Filipe. 2001. «Entre a História e a Memória: Os Coutinhos e a expansão quatrocentista». *Anais de História de Além-Mar* II: 115-126. <https://doi.org/10.57759/aham2001.46906>.

Editor | Publisher

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores

Av.^a de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal

<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

Copyright

© O(s) Autor(es), 2001. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2001. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).

The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

ENTRE A HISTÓRIA E A MEMÓRIA: OS COUTINHOS E A EXPANSÃO QUATROCENTISTA*

por

LUÍS FILIPE OLIVEIRA **

Na Crónica da Tomada de Ceuta, quando reconstituiu os meandros da decisão política de conquistar a cidade¹, Zurara optou claramente por sublinhar a iniciativa dos infantes e por destacar a capacidade do rei na condução de todo o processo. Tal propósito, que depende, talvez, da versão que colheu junto do infante D. Henrique², levou-o a minimizar, por outro lado, os tes-temunhos de oposição ao projecto e a calar a identidade das personagens envolvidas³. Ao recensear o Conselho reunido em Torres Vedras, em 1414⁴, onde o rei comunicou a intenção de atacar Ceuta e exigiu juramento de segredo, quase nada adiantou, de facto, sobre a natureza das dúvidas e a identidade das vozes desvairadas que aí certamente se fizeram ouvir. No lugar delas, Zurara ofereceu a imagem de um rei sábio, que reconhece as inclinações dos seus conselheiros e se move por antecipação, temendo que as dúvidas e os desvarios dessem «aazo de sse este nosso feito leixar daca-bar»⁵. De qualquer modo, ao acentuar o consenso em torno do projecto da Coroa, também se evitavam maiores embaraços a quem não aderira de

* Comunicação apresentada ao Colóquio «A Nobreza Quatrocentista e a Expansão», que decorreu no Convento da Arrábida, de 23 a 24 de Março de 2001, sob a organização do Centro de História de Além-Mar e da Fundação Oriente.

** Da Universidade do Algarve.

¹ Cf. Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta por El Rei D. João I*, ed. de Francisco Esteves PEREIRA, Lisboa, 1915, caps. 10-27.

² Após ter afirmado o valor estratégico das memórias de D. Henrique (*Ibidem*, cap. 2), Zurara voltou a citar o testemunho do infante (*Ibidem*, cap. 47) a propósito do Conselho reunido depois da morte da Rainha.

³ Nas poucas passagens que dedicou à oposição política ao projecto de Ceuta (*Ibidem*, caps. 19, 25, 27, 47, 74, 98 e 99), Zurara omitiu cuidadosamente o nome da maior parte dos intervenientes.

⁴ *Ibidem*, caps. 25-27.

⁵ *Ibidem*, cap. 25. A imagem de João I como rei sábio e prudente aparece, ainda, noutros capítulos. Entre eles, veja-se *Ibidem*, caps. 10-12.

imediatamente a uma empresa que fora vitoriosa e que se julgava resultar de um desígnio de Deus.

Nalgumas passagens da Crónica, infelizmente pouco abundantes, o cronista foi deixando escapar, porém, umas quantas anotações preciosas sobre a oposição política ao projecto de conquista de Ceuta. Entre elas, destaca-se a notícia da divisão do Conselho reunido após a morte da Rainha, onde referiu uma troca de palavras mais azeda entre o infante D. Pedro e o Condestável e deu conta da inclusão deste último entre os partidários do adiamento da armada ⁶. Noutra altura, a propósito do assalto à cidade, sugeriu mesmo o menor interesse do marechal Gonçalo Vasques Coutinho, que julgava o feito pouco adequado à honra dos homens de armas e mais propício à acção dos homens de pé, devido ao menor peso dos seus equipamentos ⁷. Por fim, quando sumariou o Conselho celebrado em Ceuta, onde o rei recordou a oposição manifestada desde o início do projecto e apresentou a conquista como contrária ao natural juízo dos homens ⁸, Zurara também julgou conveniente omitir a identidade de quem recusou frontalmente o encargo da capitania de Ceuta: o condestável Nuno Álvares Pereira e o marechal Gonçalo Vasques Coutinho ⁹.

A oposição anónima à conquista de Ceuta devia ter, portanto, apoios muito significativos entre as famílias da Corte de João I, ainda que o problema não esteja devidamente estudado ¹⁰. As notícias conhecidas não são muitas, nem muito esclarecedoras, mas os adversários de Ceuta talvez contassem mais adeptos entre a geração que tinha gasto a juventude e ganho notoriedade durante as guerras da independência ¹¹. Com uma frequência

⁶ *Ibidem*, cap. 47.

⁷ *Ibidem*, cap. 74. A narrativa de Zurara nem sequer desmente, note-se, a opinião de Gonçalo Vasques, pois apresenta, em seguida, os infantes Duarte e Henrique a desfazerem-se de parte do seu equipamento para ganharem maior mobilidade. Sobre o equipamento militar, veja-se Alvaro Soler del CAMPO, *La Evolución del Armamento Medieval en el Reino Castellano-Leones y Al-Andalus (siglos XII-XIV)*, Madrid, 1993, sobretudo os caps. 1 e 2; J. Gouveia MONTEIRO, *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, Lisboa, 1998, pp. 144-51, 531-47; *Pera Guerrejar. Armamento Medieval no Espaço Português*, Catálogo da Exposição do Museu Nacional de Arqueologia, Palmela, 2000.

⁸ G. Eanes de ZURARA, *Crónica da Tomada...*, cit., cap. 99.

⁹ Para a identificação destas personagens, cuja recusa marcava aí o prestígio acrescido de Pedro de Meneses, veja-se G. Eanes de ZURARA, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, ed. e estudo de M.^a Teresa BROCARD, Lisboa, 1997, Lv. 1, cap. 5.

¹⁰ Ao estudar a nobreza portuguesa em Marrocos, Abel dos Santos CRUZ (*A Nobreza Portuguesa em Marrocos no século XV (1415-1464)*, diss. de mestrado em História Medieval, Porto, 1995, pp. 126, 290) notou o seu desinteresse por Marrocos até meados da década de vinte do século xv. O assunto merece, porém, outra atenção.

¹¹ A relação das conquistas africanas com o comportamento juvenil foi posto em evidência por Carlos RILEY («Aspectos da componente juvenil da fidalguia no contexto da crise de 1383-85», 1383-1385 e a Crise geral dos séculos xiv / xv. *Actas das Jornadas de História Medieval*, Lisboa, 1985, pp. 304-5), e por J. Gouveia MONTEIRO («Cavalaria Montada, Cavalaria Desmontada e Infantaria – Para uma Compreensão global do problema militar nas vésperas da expansão portuguesa», *Revista de História das Ideias*, vol. 14, 1992, pp. 174-5). Mais recentemente, mas noutra perspectiva, Albano C. FIGUEIREDO (*O ideal de Cavalaria na Crónica da Tomada de*

pouco habitual, Zurara insiste, pelo menos, na mocidade e na impaciência dos partidários de Ceuta, opondo-a ao cansaço, ao enfado e à velhice da geração anterior¹², eventualmente menos empenhada na abertura de um novo teatro de operações no Norte de África. Nalguns passos da Crónica, vai-se ao ponto de considerar a juventude como uma força primordial, capaz de regenerar o mundo e os homens. A ideia aflora, em particular, quando Zurara levou o rei a ordenar aos infantes para prosseguirem com a sua montaria e o fez acrescentar que «posto que fosse coreesma a mamgebia rrelleuaua todo»¹³. Mas não anda longe, também, da história exemplar de Aires Gonçalves de Figueiredo, a quem o entusiasmo da empresa fazia esquecer a idade avançada e levava-o mesmo a julgar que não encontraria «mais homrradas eixequias pera minha sepultura, que amte de meus dias seer em aqueste feito»¹⁴. Nesse mesmo sentido, torna-se muito significativo que o argumento da idade e do cansaço volte a aparecer na Crónica de D. Pedro de Meneses¹⁵, enquadrando as razões que moveram o Condestável e o Marechal a recusarem a capitania de Ceuta.

O desinteresse do marechal Gonçalo Vasques Coutinho por Ceuta, «assy por sua hidade como por outras cousas que ho ympedyã», como diz Zurara¹⁶, pouco tinha a ver com a sua idade avançada. Tal como João I e o Condestável, que pertenciam à mesma geração e andavam então pelos 55 anos¹⁷, Gonçalo Vasques pouco passaria dos cinquenta, pois os seus pais tinham apenas casado por volta de Março de 1361 e não é certo que ele tenha sido o primeiro filho do casal¹⁸. Não sendo propriamente um velho, nem se

Ceuta de Gomes Eanes de Zurara, diss. de mestrado em Lit. Medieval, Coimbra, 1996, pp. 9-60) sublinhou o impacto dos valores cavaleirescos na cronística de Zurara. Para uma caracterização dos «jovens» na sociedade medieval, veja-se Georges DUBY, «Les «jeunes» dans la société aristocratique dans la France du Nord-Ouest au XII siècle», *Hommes et structures du moyen âge. Recueil d'articles*, Paris, 1973, pp. 213-25; J. MATTOSO, «Cavaleiros andantes. A ficção e a realidade», *A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder*, Lisboa, 1981, pp. 353-369.

¹² Cf. G. Eanes de ZURARA, *Crónica da Tomada...*, cit., caps. 6, 19, 20 e 21.

¹³ *Ibidem*, cap. 24.

¹⁴ *Ibidem*, cap. 35.

¹⁵ Cf. G. Eanes de ZURARA, *Crónica do Conde D. Pedro...*, cit., Lv. 1, cap. 5.

¹⁶ *Idem, ibidem*.

¹⁷ De acordo com Zurara (*Crónica da Tomada...*, cit., cap. 20), o rei tinha 52 ou 53 anos quando começaram os preparativos para a armada de Ceuta. Para o nascimento do Condestável, ocorrido em 1360, veja-se *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereira*, ed. crítica da «Coronica do Condestabre», com introd. e notas de A. de Almeida CALADO, Coimbra, 1991, caps. 1 e 2; M. Soares da CUNHA, *Linhagem, Parentesco e Poder. A Casa de Bragança (1384-1483)*, Lisboa, 1990, p. 25.

¹⁸ Muito provavelmente, Mécia Vasques Coutinho era a filha mais velha do casal. O seu casamento com Martim Vasques de Ataíde foi noticiado por Fernão Lopes antes de dar conta da união de Gonçalo Vasques com Leonor Gonçalves de Azevedo, que foi celebrado em redor de Abril de 1379. Por altura do cerco de Chaves, Mécia Vasques já tinha filhos crescidos. Para tudo isto, veja-se Luís Filipe OLIVEIRA, *A Casa dos Coutinhos: Linhagem, Espaço e Poder (1360-1452)*, Cascais, 1999, pp. 33, 35.

incluindo, também, entre os jovens fidalgos, Gonçalo Vasques conservava o vigor suficiente para governar a sua própria casa, para cuidar do futuro dos seus filhos e para administrar os seus senhorios nas terras alongadas da Beira interior. Por essa época, ocupava-se ele a assegurar o destino de um dos seus filhos que estudava em Pádua, para quem conseguiu, em 1418, a nomeação como bispo de Coimbra ¹⁹. De resto, em 1415 não havia muito que ele começara a construção de uns novos paços em Lamego ²⁰ e que voltara a casar com Joana de Albuquerque, filha do mestre de Santiago, de quem ainda teve três filhos ²¹.

Essas eram, em rigor, as outras coisas que verdadeiramente impediam Gonçalo Vasques de aceitar a capitania de Ceuta e aquelas que o arredavam, afinal, das aventuras da juventude e de qualquer empresa de desfecho mais duvidoso. Mesmo afastado das suas terras e ocupado noutros negócios, Gonçalo Vasques dificilmente podia descurar, de facto, a gestão dos seus interesses e a administração dos seus senhorios, que passavam então por uma fase mais delicada, devido aos inúmeros conflitos que suscitava o crescente poder da sua casa por toda a região ²². Ainda em Ceuta, a 24 de Agosto de 1415, obteve a confirmação de várias terras que D. Fernando doara ao seu pai, em 23 de Julho de 1383, tendo conseguido que o rei aceitasse incorporá-las no velho couto de Leomil e lhe concedesse, a ele e aos seus sucessores, o título de senhor do referido couto ²³. De regresso ao reino, enquanto acompanhava o rei entre Tavira e Évora ²⁴, voltou a ser agraciado, a 17 de Setembro de 1415, em Ferreira do Alentejo, com a doação de uns pardieiros em Marialva, então identificados com uma antiga mesquita de mouros, e já em Évora, a 6 de Outubro, com a confirmação da sua eleição como senhor da beetria de Penedono ²⁵. Muito provavelmente, estes eram os únicos frutos que Gonçalo Vasques esperava colher com a jornada a Ceuta e aqueles que preparara, também, com o maior cuidado. Como qualquer senhor prudente e avisado, levava na bagagem a carta que testemunhava a sua eleição como senhor de Penedono, que fora realizada a 16 de

¹⁹ Cf. A. D. Sousa COSTA, *Estudantes Portugueses na Reitoria do Colégio de Bolonha*, Lisboa, 1969, p. 13; A. Moreira de Sá, *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*, Lisboa, vol. I, 1966, n.º 659 (10 de Dez. de 1414), e vol. III, 1969, n.º 695 (Abril de 1418) e 716 (14 de Agosto de 1418).

²⁰ Cf. Luís Filipe OLIVEIRA, «As Residências dos Coutinhos na região de Lamego (séculos XIV-XV)», *Actas das V Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (20, 21, 22 Maio 1993), 2.º vol., Lisboa, 1994, p. 300.

²¹ Cf. Luís Filipe OLIVEIRA, *A Casa dos Coutinhos...*, cit., pp. 27, 40, 57-8.

²² *Ibidem*, pp. 72-77, 84-5, 144 e ss.

²³ IAN/TT, *Chancelaria D. João I*, Lv. 3, fl. 149v.; doc. publ. por M.^a A. Esteves JORGE, *Gonçalo Vasques Coutinho na Vida do seu Tempo*, diss. de lic. apresentada à F.L.U.C., Coimbra, 1959, n.º LI.

²⁴ Cf. H. Baquero MORENO, *Os Itinerários de El-Rei D. João I*, Lisboa, 1988, pp. 143-7, 340.

²⁵ IAN/TT, *Chancelaria D. João I*, Lv. 3, fls. 149 e 150 v.; docs. publ. por M.^a A. Esteves JORGE, cit., n.ºs LII e LIII.

Maio de 1415, em Sernancelhe, e que ficou devidamente trasladada na respectiva carta de confirmação.

A indiferença de Gonçalo Vasques pelas oportunidades abertas com a conquista de Ceuta, ou mesmo o seu eventual desacordo quanto aos méritos do projecto, não o autorizavam a alhear-se de uma acção militar comandada pelo próprio rei, onde lhe cabiam, de resto, as responsabilidades inerentes ao cargo de Marechal. Mas elas talvez bastassem para desaconselhar uma iniciativa individual que tomasse como destino o norte de África. Entre a conquista de 1415 e o assalto a Tânger em 1437, nenhum membro da linhagem se incorporou, de facto, no contingente militar estacionado em Ceuta²⁶, mas poucos faltaram quando chamados a integrar as suas lanças numa hoste organizada pela Coroa. Uma ausência nessas ocasiões era certamente mais notada e mais penalizadora, pois, ao contrário das questões africanas, que tinham ficado a cargo de outrem, jogava-se aí muito do prestígio e da honra da linhagem e garantia-se, em regra, uma audiência mais atenta por parte do monarca.

Para a armada de Ceuta, onde contou com o seu filho mais velho, Vasco Fernandes²⁷, e talvez, também, com o seu sobrinho, Vasco Fernandes de Ataíde, já que um seu outro filho, Álvaro Gonçalves, o magriço, corria então as terras e as cortes da Europa²⁸, Gonçalo Vasques deve ter arregimentado um séquito numeroso, tendo-lhe sido entregue o comando de uma das galés saídas do Porto²⁹. Infelizmente, pouco se conhece do seu desempenho militar em Ceuta, estando apenas noticiada a acção de alguns dos seus homens de pé, que acompanharam o seu sobrinho, Vasco Fernandes de Ataíde, no ataque a uma das portas da cidade³⁰. Poucos anos depois, em 1420, coube ao seu filho maior, Vasco Fernandes, prontificar-se para participar numa armada que os Infantes preparavam para socorrer Ceuta, recebendo para o efeito seis armaduras no armazém de Lisboa³¹.

Como seria de esperar, os membros da família voltaram a estar presentes no assalto frustrado a Tânger e desta vez em maior número. O chefe da linhagem, Vasco Fernandes Coutinho, que era Marechal do reino, teve aliás alguma responsabilidade na organização da armada³², embora se desconhecem as tarefas concretas que então lhe couberam. A par dele, que comandava um séquito de 100 homens de armas e 50 peões³³, embarcou o seu

²⁶ Cf. Abel dos Santos CRUZ, cit., pp. 66-95.

²⁷ Cf. G. Eanes de ZURARA, *Crónica da Tomada...*, cit., cap. 50.

²⁸ Cf. Carlos RILEY, *Os Doze de Inglaterra: A Ficção e a Realidade*, Ponta Delgada, 1988, pp. 136 e ss.

²⁹ Cf. G. Eanes de ZURARA, cit., cap. 36

³⁰ *Idem, ibidem*, cap. 73.

³¹ Cf. *Monumenta Henricina*, Coimbra, 1960, vol. II, doc. n.º 190.

³² *Ibidem*, vol. VI, 1964, doc. n.º 2 (de 2 de Janeiro de 1437). Por engano, os editores, em nota, identificaram o marechal como sendo Fernão Vasques Coutinho.

³³ Cf. *Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos*, ed. de Pedro de Azevedo, Lisboa, 1934, t. I, n.º 168; *Monumenta Henricina*, vol. VII, 1965, n.º 216.

primo, João Rodrigues Coutinho³⁴, um dos seus irmãos consanguíneos, Fernão Coutinho, além do seu filho maior, Gonçalo Coutinho, à época comendador-mor da ordem de Cristo. No conjunto, os membros da linhagem lideravam uma hoste composta por cerca de 190 homens de armas e por 200 homens de pé, estipendiados pelo tesouro régio e conhecidos, em parte, graças às cartas de perdão posteriormente emitidas pela Coroa³⁵. O resultado desastroso da expedição, associado ao ambiente político no reino e à morte de João Rodrigues Coutinho em Ceuta, provocada pelos ferimentos recebidos em Tânger³⁶, mostraram, por certo, o valor da reserva que a linhagem mantivera quanto às aventuras por terras africanas. Até meados do século xv, época que coincide, de resto, com uma reavaliação política da expansão territorial em África³⁷, nenhum outro membro da linhagem voltaria a pisar solo africano³⁸.

Nada disto implica, porém, que a linhagem estivesse desatenta ao que se ia passando nas terras do Norte de África. Logo em Novembro de 1419, pela época, portanto, do primeiro cerco de Ceuta, negociou-se o casamento de uma das filhas de Gonçalo Vasques Coutinho, Felipa Coutinho, com o capitão da cidade, Pedro de Meneses³⁹, então viúvo de Margarida de Miranda. A união não chegou a consumir-se, porque Felipa Coutinho veio a falecer na viagem do Algarve para Ceuta, quando seguia acompanhada pelo seu irmão mais velho, Vasco Fernandes, que completou a travessia e entregou a Pedro de Meneses os filhos do seu casamento anterior⁴⁰. Mas gorado o enlace, o projecto de aliança transferiu-se, pouco depois, em 1425, para uma prima

Nesta carta de quitação, datada de 18 de Maio de 1442, identificam-se os soldos recebidos por Fernão Coutinho e por Gonçalo Coutinho, que chefiavam hostes compostas, respectivamente, por 30 cavaleiros e 45 peões e por 20 homens de armas e por 30 peões.

³⁴ Cf. *Documentos das Chancelarias...*, cit., t. I, n.º 17; *Monumenta Henricina*, vol. VI, n.º 99. A dimensão da hoste de João Rodrigues não se conhece com o rigor desejado, embora se saiba que levaria consigo 75 peões e um número indeterminado de homens de armas e que recebeu, por outro lado, metade da quantia entregue ao marechal Vasco Coutinho.

³⁵ Para o cálculo deste valor vejam-se as duas notas anteriores. Quanto às cartas de perdão, veja-se *Documentos das Chancelarias...*, cit., t. I, n.º 7, 11, 277; I.A.N./T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, Lv. 3, fl. 54v. Como tem sido observado (J. Gouveia MONTEIRO, *A Guerra...*, cit., pp. 88-90; Luís Miguel DUARTE, *Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval (1459-1481)*, diss. de doutoramento, Porto, 1993, vol. I, pp. 582-3), a presença de homiziados nas hostes era muito frequente.

³⁶ Cf. Rui de PINA, «Chronica do Senhor Rey D. Duarte», cap. 35, in *Crónicas de Rui de Pina*, ed. de M. Lopes de ALMEIDA, Porto, 1977, p. 561.

³⁷ Cf. M. Soares da CUNHA, cit., pp. 144-8; Luís Filipe THOMAZ, «Le Portugal et l'Afrique au xv siècle: Les Débuts de l'Expansion», *Arquivos do Centro Cultural Português*, 1989, vol. 26, pp. 190-6, 200-1.

³⁸ A partir dos dados coligidos por Abel dos Santos Cruz (*op. cit.*, pp. 127 e ss.) não se documenta, de facto, nenhum Coutinho em terras africanas, no período compreendido entre 1439 e 1451.

³⁹ I.A.N./T.T., *Gaveta 2*, Mç. 1, n.º 10; Luís Filipe OLIVEIRA, cit., pp. 59-60.

⁴⁰ Cf. G. Eanes de ZURARA, *Crónica do Conde D. Pedro...*, cit., Lv. 2, cap. 6.

da falecida, Beatriz Martins Coutinho, o que obrigou à obtenção de uma dispensa de consanguinidade ⁴¹. Com estes dois casamentos, que faziam Gonçalo Vasques sogro e tio, em simultâneo, de Pedro de Meneses, os Coutinhos associavam-se a um personagem que fizera fortuna em Ceuta ⁴² e que era, ainda, o símbolo vivo da presença portuguesa no norte de África.

Apesar desta aliança, a linhagem não manifestou maior interesse pelos sucessos militares no reino de Fez, ainda que a dimensão do seu envolvimento na fracassada expedição a Tânger pudesse dar algumas indicações nesse sentido. Os interesses que alguns dos seus membros tinham desenvolvido noutras paragens, mais distantes do Mediterrâneo, talvez fossem bastantes para contrabalançar, no entanto, aquela tendência. De facto, desde 1411 que Álvaro Gonçalves Coutinho, o magriço, iniciara as suas andanças pelas terras da Flandres e da França, e, antes de regressar ao reino, por volta de 1418, esteve por detrás de uma carta com que os duques de Borgonha privilegiaram os mercadores portugueses ⁴³. Na sua esteira, Fernão Coutinho, seu irmão consanguíneo, desenvolvera contactos comerciais com o norte da Europa, sendo proprietário, segundo notícia de 1448, de uma caravela activa na rota das ilhas britânicas ⁴⁴. Alguns anos mais tarde, em 1476, voltava a nomear-se uma armada de Fernão Coutinho, enviada então do Porto para a Galiza ⁴⁵, talvez no âmbito das acções suscitadas pela intervenção da Coroa no reino vizinho.

Tudo isto parece testemunhar, de facto, a regularidade dos contactos com as terras do norte da Europa, por certo estabelecidos através da cidade do Porto, onde chegavam com facilidade as produções dos senhorios da linhagem. A atenção que os Coutinhos depositavam na administração e na rentabilização do seu património, a par dos cuidados que sempre dispensaram às remunerações associadas à circulação mercantil ⁴⁶, tornavam certamente aquelas ligações externas muito aliciantes. De resto, foi nesses mesmos espaços do Norte que Álvaro Gonçalves Coutinho, o magriço, exercitara as suas forças e valentias e buscara a confirmação do seu valor

⁴¹ Para tudo isto, vejam-se as referências citadas na nota 39.

⁴² Cf. A. Costa LOBO, *História da Sociedade em Portugal no século XV*, ed. de J. MATTOSO, Lisboa, 1984, pp. 482-3. Alguns dados sobre o património dos Meneses, baseados em fontes conservadas no país vizinho e posteriores a 1434, encontram-se em Alfonso Franco SILVA, «Aportación al estudio de la sociedad feudal portuguesa: El senorio de Vila Real de Tras-os-Montes», *Señores y Señoríos (Siglos XIV-XVI)*, Jaén, 1997, pp. 53-68.

⁴³ Cf. Carlos G. RILEY, *Os Doze de Inglaterra...*, cit., pp. 136-143. Para a data do seu regresso a Portugal, veja-se Luís Filipe OLIVEIRA, cit., p. 58, nota 245, e a fonte aí citada.

⁴⁴ Cf. *Vereações. Anos de 1401-1449. O segundo Livro de Vereações do Município do Porto existente no seu Arquivo*, ed. de J. P. FERREIRA, Porto, 1980, sessão n.º CXXXIV, p. 318.

⁴⁵ Cf. Arq. Histórico Municipal do Porto, Lv. de *Vereações* 1475-1484, fl. 79 v. Agradeço esta indicação à Prof.ª Dr.ª Adelaide Millan da Costa.

⁴⁶ Para a localização dos senhorios da linhagem e para alguns testemunhos do modo como eram administrados, veja-se Luís Filipe OLIVEIRA, cit., pp. 79-80, 87-8, 100 e ss.

guerreiro e do seu prestígio como cavaleiro⁴⁷. Muitos anos depois, continuava a ser aí que Francisco Coutinho, o 4.º conde de Marialva, mandava comprar os retábulos para as igrejas do seu padroado, como deixou escrito no seu testamento de 1520⁴⁸.

O interesse dos Coutinhos pelas terras africanas viria apenas a manifestar-se depois de meado o século xv, em boa parte devido à acção dos membros de uma nova geração da família, ainda muito novos por altura do desastre de Tânger. A primazia coube ao filho mais novo de Vasco Fernandes, Fernando Coutinho, que se juntou ao conde de Arraiolos, em Ceuta, por inícios de 1451. Ignoram-se as razões que o motivavam, mas talvez buscasse a confirmação dos seus dotes militares em terras africanas, capaz de legitimar a sua recente nomeação como Marechal⁴⁹, em sucessão ao seu pai e ainda em vida deste. Aí se encontrava ele em inícios de Junho de 1451, quando o monarca informou o conde de Arraiolos que nomeara D. Sancho, o conde de Odemira, como alcaide de Ceuta, confiando entretanto a cidade aos cuidados do marechal Fernando Coutinho⁵⁰. A demora do novo alcaide manteve-o ocupado durante o Verão e o Outono de 1451⁵¹, mas ainda permanecia no cargo a 8 de Novembro desse ano, data em que doou umas casas na rua Direita de Ceuta a um criado de Fernando de Noronha⁵². Não se sabe quando regressou ao reino, mas não é impossível que se demorasse por Ceuta até Maio de 1452, quando o seu irmão mais velho, Gonçalo Coutinho, projectava deslocar-se à cidade⁵³, acompanhado por nove escudeiros, vinte homens de pé, quatro mulheres e doze cavalos⁵⁴. Esta última expedição, que já tinha uma dimensão apreciável e que proporcionaria uma estada mínima de três meses, não chegou, porém, a concretizar-se⁵⁵. De resto, acabou por

⁴⁷ Cf. Carlos G. RILEY, cit., pp. 292-3. A narrativa das andanças de Álvaro Gonçalves, republicada, com algumas correcções, por Carlos Riley (*ibidem*, pp. 29-36), foi inicialmente dada a público por A. Magalhães BASTO, *Relação ou Crónica das Cavalarias dos Doze de Inglaterra*, Porto, 1935.

⁴⁸ I.A.N./T.T., *Gaveta 9*, Mç. 2, n.º 16, fl. 6v.

⁴⁹ A nomeação deve ter ocorrido entre Abril e Junho de 1451. A última referência a Vasco Fernandes como marechal é de 6 de Abril de 1451 (BNL, *Reservados*, código 1102, fl. 49), enquanto a primeira de Fernando Coutinho data apenas de 4 de Junho de 1451 (doc. citado na nota seguinte), quando ele já estava em Ceuta.

⁵⁰ I.A.N./T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, Lv. 11, fl. 52v.; doc. publ. nos *Documentos da Chancelaria...*, cit., t. II, n.º 68, e na *Monumenta Henricina*, vol. XI, 1970, n.º 50.

⁵¹ I.A.N./T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, Lv. 11, fls. 114v. e 144; docs. publ. na *Monumenta Henricina*, vol. XI, 1970, n.ºs 80 e 86.

⁵² I.A.N./T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, Lv. 10, fl. 53; doc. publ. nos *Documentos da Chancelaria...*, cit., t. II, n.º 206.

⁵³ I.A.N./T.T., *Corpo Cronológico*, 2.ª parte, Mç. 1, n.º 24.

⁵⁴ Cf. *Documentos da Chancelaria...*, cit., t. II, n.º 221.

⁵⁵ *Ibidem*, n.º 136 (doc. de 23 de Janeiro de 1453). Para a duração da estada, veja-se o documento citado na nota anterior. Quanto à dimensão de algumas das hostes senhoriais presentes em Marrocos, vejam-se os dados reunidos por A. dos Santos CRUZ, *op. cit.*, pp. 273-7.

ser o marechal Fernando Coutinho quem voltaria a Ceuta, em finais de 1452, com o propósito de convencer o infante D. Fernando a regressar ao reino ⁵⁶.

O exemplo do marechal Fernando Coutinho não tardou a ser imitado por alguns dos seus parentes, procedentes de ramos secundários da linhagem. Ao contrário do 2.º conde de Marialva, Gonçalo Coutinho, que terá voltado ao reino após a conquista de Alcácer-Ceguer ⁵⁷, a permanência na cidade talvez representasse, para muitos deles, a melhor oportunidade para ganharem honra e acrescentamento. A união de Duarte de Meneses com Isabel de Melo, que estivera casada com João Rodrigues Coutinho ⁵⁸, facilitou-lhes, por certo, a vida em Alcácer e garantiu-lhes uma maior visibilidade local, a que Zurara não foi totalmente alheio. Em diversas ocasiões, interessou-se, de facto, pelas suas façanhas, nomeando a presença de Rui Lopes Coutinho, do ramo da linhagem em Santarém ⁵⁹, de Gomes Freire de Andrade, que estava casado com Isabel Coutinho ⁶⁰, de Álvaro Coutinho ⁶¹ e de um sobrinho seu, Gonçalo Vasques Coutinho ⁶², primogénito de Fernão Coutinho e de Maria da Cunha. As acções deste último foram as que lhe mereceram, no entanto, maior destaque, talvez por Gonçalo Vasques ter sido

⁵⁶ Cf. Rui de PINA, «Chronica do Senhor Rey D. Afonso V», cap. 134, in *Crónicas...*, cit., p. 766. Sobre a relação do infante D. Fernando com a expansão africana, vejam-se as observações de Sebastiana Pereira LOPES, *O Infante D. Fernando e a Nobreza Fundiária de Serpa e Moura (1453-1470)*, diss. mestrado em Hist. Medieval, Lisboa, 1997, pp. 36-7, 40 e ss.

⁵⁷ Cf. G. Eanes de ZURARA, *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, ed. diplomática de Larry KING, Lisboa, 1978, cap. 58.

⁵⁸ *Idem, ibidem*, cap. 24. Sobre o primeiro casamento de Isabel de Melo, veja-se Luís Filipe OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 60 e n. 263.

⁵⁹ Cf. G. Eanes de ZURARA, *op. cit.*, cap. 96. Tal como se indica em dois documentos de Novembro de 1450 e de Junho de 1451 (I.A.N./T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, Lv. 11, fl. 60v., doc. publ. por A. MOURA DE SÁ, *Chartularium...*, cit., vol. v, n.º 1504), Rui Lopes era filho de Lopo Afonso, do Conselho, e de Filipa Coutinho. A sua mãe, como sobrinha de Isabel Fernandes Coutinho, sub-prioressa de Chelas (I.A.N./T.T., *Chancelaria de D. Duarte*, Lv. 1, fl. 233 e v.), era certamente filha de Sancha Gomes Coutinho e de Martim Anes de Alvelos e neta materna de Elvira Fernandes Coutinho, que esteve na origem dos Coutinhos de Santarém. Note-se, por fim, que Rui Lopes virá a casar com Joana Coutinho, irmã do 3.º conde de Marialva, João Coutinho, por volta 1471. Para tudo isto, veja-se Luís Filipe OLIVEIRA, *op. cit.*, pp. 25, n. 47, 69, n. 2.

⁶⁰ Cf. G. Eanes de ZURARA, *op. cit.*, caps. 62, 143, 146; Luís Filipe OLIVEIRA, *op. cit.*, pp. 54, 58.

⁶¹ Cf. G. Eanes de ZURARA, *op. cit.*, caps. 62, 68. A identificação deste personagem levanta alguns problemas, já que o parentesco indicado por Zurara (*ibidem*, cap. 68) aponta para Álvaro Gonçalves Coutinho, o magriço. No entanto, este último está apenas referenciado até inícios da década de 30 do século xv (I.A.N./T.T., *Cabido da Sé de Lamego*, Lv. 15, fl. 2v., 3, 73v., 74v.; *Núcleo Antigo*, Lv. n.º 297, fl. 42 e v.), não sendo impossível que tenha falecido por essa época. Numa carta de Fevereiro de 1452 (I.A.N./T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, Lv. 12, fl. 11), cita-se, porém, um Álvaro Coutinho, numa zona próxima aos senhorios de Fernão Coutinho, o pai de Gonçalo Vasques. Nenhum destes indivíduos se deve confundir, contudo, com aquele outro Álvaro Coutinho, que era filho primogénito do marechal Fernando Coutinho.

⁶² Cf. G. Eanes de ZURARA, *op. cit.*, caps. 59, 62, 68, 107, 109, 154.

feito cavaleiro após o primeiro cerco de Alcácer ⁶³ e por ser quem melhor se aproximava da imagem do cavaleiro profissional ⁶⁴.

Todo este envolvimento nos cenários africanos, que multiplicava os feitos de armas e as ocasiões de perigo, arrastou consigo o cativo e a morte de alguns membros da linhagem. A campanha de Afonso V em África, realizada entre 1463-1464 e que levaria à morte de Duarte de Meneses, teve resultados particularmente desastrosos entre os Coutinhos. No terceiro assalto a Tânger, comandado pelo infante D. Fernando, morreu o 2.º conde de Marialva, Gonçalo Coutinho, e um seu filho bastardo, Rodrigo Coutinho, assim como um dos aliados da linhagem, o já citado Gomes Freire de Andrade ⁶⁵. Na mesma ocasião, ficaram cativos o marechal Fernando Coutinho e Rui Lopes Coutinho ⁶⁶, seu parente afastado, que viriam a mobilizar, no entanto, os cuidados e os recursos familiares para liquidarem os resgastes respectivos ⁶⁷. Alguns anos mais tarde, durante a conquista de Arzila, faleceria outro titular da Casa, o 3.º conde de Marialva, João Coutinho, cujo elogio fúnebre seria feito pelo próprio rei, tomando-o como modelo para o seu filho, a quem acabava de armar cavaleiro ⁶⁸.

Apesar do valor político destas mortes ao serviço do rei, usadas para confirmar a sucessão no título e no património aos herdeiros respectivos ⁶⁹, a linhagem não guardou delas uma memória particularmente viva. Para o túmulo de João Coutinho no mosteiro de Salzedas, o antigo panteão da família, ainda se mandou gravar uma lápide em latim, onde mal se evocavam

⁶³ *Idem, ibidem*, cap. 62.

⁶⁴ Uma expressão utilizada por Zurara (*Ibidem*, cap. 154) sugere, pelo menos, uma contractualização frequente dos seus serviços, quando registou, a propósito de uma surtida em terra de mouros, que nesse dia pelejou sobretudo «dom Affonso de Vasconcellos em cuja companhia se acertou Gonçallo uaaz coutinho que era assaz de ardido caualleyro» (sublinhado meu). Noutra ocasião, ZURARA (*Crónica do Conde D. Pedro...*, cit., Lv. 1, cap. 65) deu conta da frequência dos laços contratuais na composição das hostes dos reis e dos grandes senhores. Para um panorama mais geral, veja-se J. Gouveia MONTEIRO, *A Guerra...*, cit., pp. 32 e ss.

⁶⁵ Cf. Rui de PINA, «Chronica do Senhor Rey D. Afonso V», cit., cap. 153. Desde 1461 (A. Moreira de Sá, *op. cit.* vol. VI, n.º 1961), que o bastardo Rodrigo Coutinho ocupava a reitoria de S. Salvador de Bouças, que pertencia ao morgado de Medelo.

⁶⁶ Cf. Rui de PINA, *op. e loc. cit.*

⁶⁷ Logo a 25 de Agosto de 1464 (I.A.N./T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, Lv. 8, fl. 82 e v.), a mãe de Fernando Coutinho, Maria de Sousa, 1.ª condessa de Marialva, doou-lhe os préstamos do Aro de Lamego e a terra de Magueija, para que ele se libertasse do cativo. Alguns anos mais tarde, em Agosto de 1471 (I.A.N./T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, Lv. 22, fl. 1), o pai de Rui Lopes, Lopo Afonso, requereu mercê ao rei, invocando o pagamento do resgate do filho.

⁶⁸ Cf. Rui de PINA, *op. cit.*, cap. 165.

⁶⁹ Além da menção de Rui de PINA (*op. cit.*, cap. 165), a confirmação do património e do título a Francisco Coutinho, com data de 24 de Junho de 1472 (I.A.N./T.T., *Místicos*, Lv. 1, fls. 159-60) inclui uma referência directa ao falecimento do seu irmão em Arzila. A 13 de Abril de 1465, quando se confirmou a João Coutinho as terras e o condado (I.A.N./T.T., *Místicos*, Lv. 1, fl. 102 e Lv. 3, fl. 288 e v., com data de 8 de Abril), também se inserira uma nota à morte do seu pai em Tânger.

os seus méritos, embora se valorizasse o seu sacrifício em terra de mouros. De acordo com Frei Baltazar dos Reis ⁷⁰, nela podia ler-se:

Quem lapis hic claudit est Dominus Joannes Coutinho Comes de Marialua clarissimo qui in vigesimo secundo suae aetatis anno in clade Arzila, quam inclitae memoriae Alfonsus quintus anno Dñi Mills.^{mo} quadringentess.^{mo} septuages.^{mo} primo, vi, et armis occupavit, inter arepta et illata vulnera, in Mesquita, quae Matri Mariae Virgini Christi dicata est gloriose interijt.

O recurso a um língua solene roubava-lhe, porém, uma divulgação mais ampla e não favorecia, portanto, a identificação da linhagem com o martírio em terras africanas. De resto, a memória do seu sacrifício quase que se apagava perante a menção à glória e à vitória do monarca, a quem não se deixava de prestar, também, a devida homenagem. Para quem lhe sucedera no título e na casa e encomendara, por certo, a epígrafe do seu túmulo, quer dizer, o seu irmão, Francisco Coutinho, isso bastava para render-lhe uma última homenagem e para redimir-se, talvez, de uma enorme dívida de gratidão.

As produções literárias e os escritos genealógicos que foram elaboradas sob o patrocínio da linhagem durante o século xv também não mostram, do mesmo modo, um grande apreço pelos feitos praticados em África ⁷¹. Para os Coutinhos, os fundamentos da honra e da autoridade que os distinguiam não se encontravam, de facto, nas campanhas africanas, onde apenas se procurava, talvez, um dos muitos ingredientes indispensáveis para as manter e aumentar. As raízes da glória familiar e do sangue de quem usava um nome honrado buscavam-se, pelo contrário, noutros tempos mais distantes e mais decisivos. No tempo em que se fundara o reino e a terra se ganhara aos mouros, ou na época em que se combatiam os exércitos do rei de Castela, quando se recordavam os cinco castelos que Vasco Fernandes Coutinho recebera num só dia, ou quando se lembrava a vitória do seu filho, Gonçalo Vasques, na batalha de Trancoso ⁷². De certa forma, este apreço pela memória de antepassados longínquos e quase fabulosos moldava-se bem melhor à fixação do prestígio dos Coutinhos, mas aquela opção acabava por traduzir, afinal, o reduzido protagonismo da linhagem na expansão africana.

⁷⁰ Fr. Baltazar dos REIS, *Breve Relação da Fundação e Antiguidade do Mosteiro de Santa Maria de Salzedá*, Lisboa, 1936, p. 21.

⁷¹ Para tudo isto, veja-se Luís Filipe OLIVEIRA, *op. cit.*, pp. 26-32, 69-70. O texto genealógico do século xv sobre as origens dos Coutinhos foi publicado por M. Camões e VASCONCELOS, «Uma relação genealógica do século xv», *Armas e Troféus*, 2.^a sér., t. I, 1959, pp. 51-58.

⁷² Cf. *Idem, ibidem*, pp. 52-3.

ESQUEMA GENEALÓGICO
OS COUTINHOS

